



**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) DIRETOR(A) GERAL DA
FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – COPAM.**

FERVAL PEDRAS DECORATIVAS LTDA, CNPJ 65.277.634/0001-31, com sede na Rua Doutor Marcolino, 1213, Centro, na cidade de Patos de Minas-MG, representada por seu sócio **PLINIO RESENDE DE MELO**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 182.640.506-20, residente e domiciliado na Avenida Paranaíba, 884, Centro, nesta cidade de Patos de Minas/MG, por intermédio de seus procuradores que afinal subscrevem (Instrumento Procuratório em anexo), vem à presença de Vossa Senhoria para apresentar o presente recurso administrativo em face do **Processo Administrativo nº 1942/2003/001/2003**, tendo a expor e requerer o quanto se segue:

I – DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

Prevê a Legislação Ambiental o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da notificação, para apresentação de recurso dirigido à Fundação Estadual do Meio Ambiente.

Em assim sendo, a Notificação foi recebida em 19 de novembro de 2007, portanto, seu vencimento se dará em 09 de dezembro de 2007.

Desta feita, o presente recurso está em conformidade com a Legislação em vigor, motivo este que enseja o seu acolhimento, o que desde já se requer.



II - DO MÉRITO

II. 1 – Da conduta do Autuado

O Recorrente em nenhum momento poderia ter sido penalizado pelo FEAM, nos termos em que foi, uma vez que não praticou qualquer infração.

A princípio cabe destacar que o Recorrente cumpre rigorosamente todas as normas e procedimentos ambientais.

Esclarece-se, que o Recorrente desde a data de abertura da empresa, acerca há 15 anos, cumpre todas as normas ambientais. Porém, foi surpreendido, com a aludida notificação.

Ocorre, entretanto, que o Recorrente, cumpre todas as normas ambientais, inclusive realizava decantação da água utilizada pela empresa não provando danos ao meio ambiente.

Destaca-se que o Recorrente possui Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme documentação anexa.

Importante destacar, que com o Recorrente através do respectivo P.P.R.A, encontra-se totalmente regularizado e respeitando toda e qualquer norma e procedimento ambiental.

Ademais, levando-se em consideração o entendimento da maioria esmagadora dos Tribunais brasileiros, vê-se que é inconcebível o Recorrente responder por um ato que a ele não compete, haja vista que o mesmo encontrava-se dentro da mais pura normalidade, respeitando os ditames da legislação ambiental.

Aspecto também importante a ser considerado é o fato de que toda e qualquer multa deve estar adstrita ao princípio



da legalidade das sanções, conforme determina o art. 5º, inc. XXXIX da Constituição Federal.

Consoante nossa Constituição Federal, todas as exigibilidades de conduta devem assentar-se numa previsão legal, na aplicação do brocardo latino “nullum crimen, nulla poena sine lege”.

No caso em epígrafe, a multa aplicada ao Recorrente em nenhum momento tem amparo legal, pois, responsabilizou o mesmo por ato já regularizado por ele.

Dessa forma, não resta dúvidas que não houve razão para que fosse aplicado multa ao Recorrente, vez que possui o Programa...

Desta feita, o Auto de Infração nº 057 e a notificação nº 1942/2003/001/2003, deve ser considerado insubsistente e as multas anuladas, uma vez que o Recorrente não praticou nenhuma infração ambiental, nem mesmo tinha intenção de praticá-la.

III. 2 – Das atenuantes

Ista esclarecer, que o Recorrente jamais fora autuado por qualquer infração às leis ambientais, muito pelo contrário sempre se preocupou em cumprir as normas necessárias à manutenção de um meio ambiente saudável, deve, portanto, ser aplicada atenuante a infração, para por consequência, ser a multa reduzida.



IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, considerando que não houve dano ambiental, não se trata de fatos graves prejudiciais ao meio ambiente e/ou a saúde pública, que o Recorrente não é reincidente e não agiu com dolo ou causou danos à saúde humana, requer a V. S^a:

1. O cancelamento da notificação por ser este insubsistente e nulo de pleno direito, a fim de cancelar a cobrança de multa.

Em não sendo esse o entendimento de Vossa Senhoria, requer por derradeiro, seja considerada as atenuantes apresentadas, para reduzir o valor da multa.

*Da mesma forma, requer ainda, que as publicações e intimações do presente feito sejam feitas em nome do seu procurador, **Dr. Miguell Bento Vieira, inscrito na OAB/SP sob o nº 87.309, com endereço profissional na Rua Major Gote, nº697 – Centro – nesta cidade de Patos de Minas/MG, para efeito de controle e acompanhamento.***

Termos em que pede e espera deferimento.

Patos de Minas, 07 de dezembro de 2007.


Miguell Bento Vieira
OAB/SP 87.309